

# **Contabilidade fiscal: perfil do plano de ensino das disciplinas oferecidas, no curso de ciências contábeis, pelas instituições de ensino superior localizadas no Estado do Rio Grande do Sul**

**Ana Morales de Paiva** (Furg) - Anapaiva@safrasecifras.com.br

**Débora Gomes Machado** (FURB) - debora\_furg@yahoo.com.br

**Graciele Lima Sampaio** (FURG) - graciele\_sampaio@yahoo.com.br

**Ana Paula Capuano da Cruz** (FEA/USP) - anapaulacapuanocruz@hotmail.com

## **Resumo:**

*A alta carga tributária é um dos maiores entraves ao desenvolvimento das empresas brasileiras. Desta forma, dispor de um profissional que além de cumprir as obrigações societárias e fiscais, colabore para o melhor desempenho tributário, torna o contador um profissional de grande valia para todas as organizações. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é identificar qual o perfil do plano de ensino da disciplina de contabilidade fiscal, e/ou suas assemelhadas, oferecida no curso de graduação em ciências contábeis, pelas instituições de ensino superior localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. Evidencia-se o que as Instituições de Ensino Superior - IES gaúchas apresentam nas grades curriculares das disciplinas de contabilidade tributária e suas assemelhadas. Com abordagem qualitativa, foi desenvolvida uma análise de conteúdo, por meio de uma coleta documental dos planos de ensino, nas matrizes curriculares. Os resultados demonstraram que as IES com o curso de ciências contábeis têm direcionado três disciplinas relacionadas à contabilidade fiscal e suas assemelhadas, estando estas distribuídas, em sua maioria, entre o quarto e o sexto semestre. Os temas relativos aos tributos federais, estaduais e municipais foram os mais frequentes nas ementas e nos conteúdos programáticos. O objetivo apresentado por todos os planos de ensino busca promover a compreensão da estrutura dos tributos. Para pesquisas futuras sugere-se a replicação desta pesquisa com uma amostra maior.*

**Palavras-chave:** *Palavras-Chave: Contabilidade tributária. Contabilidade Fiscal. Ensino.*

**Área temática:** *Metodologias de ensino e pesquisa em custos*

## **Contabilidade fiscal: perfil do plano de ensino das disciplinas oferecidas, no curso de ciências contábeis, pelas instituições de ensino superior localizadas no Estado do Rio Grande do Sul**

### **Resumo**

A alta carga tributária é um dos maiores entraves ao desenvolvimento das empresas brasileiras. Desta forma, dispor de um profissional que além de cumprir as obrigações societárias e fiscais, colabore para o melhor desempenho tributário, torna o contador um profissional de grande valia para todas as organizações. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é identificar qual o perfil do plano de ensino da disciplina de contabilidade fiscal, e/ou suas assemelhadas, oferecida no curso de graduação em ciências contábeis, pelas instituições de ensino superior localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. Evidencia-se o que as Instituições de Ensino Superior - IES gaúchas apresentam nas grades curriculares das disciplinas de contabilidade tributária e suas assemelhadas. Com abordagem qualitativa, foi desenvolvida uma análise de conteúdo, por meio de uma coleta documental dos planos de ensino, nas matrizes curriculares. Os resultados demonstraram que as IES com o curso de ciências contábeis têm direcionado três disciplinas relacionadas à contabilidade fiscal e suas assemelhadas, estando estas distribuídas, em sua maioria, entre o quarto e o sexto semestre. Os temas relativos aos tributos federais, estaduais e municipais foram os mais frequentes nas ementas e nos conteúdos programáticos. O objetivo apresentado por todos os planos de ensino busca promover a compreensão da estrutura dos tributos. Para pesquisas futuras sugere-se a replicação desta pesquisa com uma amostra maior.

Palavras-Chave: Contabilidade tributária. Contabilidade Fiscal. Ensino.

Área Temática: Metodologias de ensino e pesquisa

### **1 Introdução**

O mercado de trabalho exige do profissional da área de ciências contábeis, conhecimentos que vão “além da escrituração de livros de contabilidade obrigatórios” (NAZARIO; MENDES; AQUINO, 2008, p. 64). Desta forma, o profissional contábil necessita buscar ferramentas que aperfeiçoem o seu conhecimento e lhe traga um diferencial frente às exigências requeridas.

Assim, diante da complexa carga tributária brasileira, é de extrema importância que o contador tenha conhecimentos dos atributos fiscais relacionados à empresa em que atua, para assim, utilizar a melhor alternativa para a estruturação e planejamento tributário.

Assim, quando um profissional qualificado, competente e especializado na área tributária analisa as diversas legislações tributárias aplicadas às atividades ou transações realizadas por uma empresa, ele pode identificar alguma condição que possibilite licitamente a diminuição da carga tributária incidente (VALERETTO, 2010, p. 23).

Alguns estudos como os de Capacchi et al. (2007), Nazário, Mendes e Aquino (2008) e Oliveira et al. (2011) buscaram estabelecer parâmetros, relacionando o que as instituições de ensino superior oferecem em suas disciplinas com o que o mercado de trabalho atual está cobrando, sendo o estudo de Nazário, Mendes e Aquino (2008) um dos estudos ligado diretamente a área tributária.

A pesquisa de Capacchi et al. (2007), que teve por objetivo analisar a estrutura curricular e os atuais desafios que se colocam na formação e na prática do bacharel em

Ciências Contábeis, contou com a coleta de dados realizada em Instituições de Ensino Superior (IES) do estado do Rio Grande do Sul. Os resultados deste estudo apontaram uma baixa quantidade de disciplinas específicas, formando, assim, profissionais generalistas, o que segundo os autores pode atrapalhar o ingresso do estudante no mercado de trabalho.

O estudo de Nazário, Mendes e Aquino (2008), teve como objetivo geral identificar o grau de importância que o estudante de graduação em Ciências Contábeis do Distrito Federal atribui aos assuntos tributários em suas Instituições de Ensino Superior. A pesquisa em questão foi desenvolvida no Distrito Federal, mediante aplicação de questionário aos alunos das IES com maior tradição na área contábil. O resultado deste estudo apontou que os graduandos têm interesse na matéria, mas acreditam que esta não é importante para o seu desenvolvimento profissional.

Assim, com o objetivo geral de realizar uma comparação entre as matrizes curriculares oferecidas aos discentes de Ciências Contábeis e o perfil do contador que o mercado está exigindo, o estudo de Oliveira et al. (2011) analisou a relação entre as matrizes curriculares de 6 IES do estado do Paraná e as qualidades requeridas por 10 agências de emprego da mesma região. O estudo concluiu que o mercado de trabalho tem preferência por profissionais com amplo conhecimento, contudo os dados demonstram que a graduação em ciências contábeis ainda tem sua vertente empírica, ou seja, ainda relacionada a formação técnica do profissional.

Diante do exposto, surge o seguinte problema de pesquisa: Qual o perfil do plano de ensino da disciplina de contabilidade fiscal, e/ou suas assemelhadas, oferecida no curso de graduação em ciências contábeis, pelas instituições de ensino superior localizadas no Estado do Rio Grande do Sul?

Esta pesquisa se justifica pela relevância da evidência de que as IES estão apresentando a seus alunos, no que diz respeito à área de contabilidade fiscal ou tributária, uma vez que se deve ter atenção em relação aos graduandos de ciências contábeis, pois o perfil do profissional contábil tem mudado no mesmo ritmo das exigências mercadológicas. Também, que é importante desenvolver habilidades e formas de aprendizagens alternativas, com o objetivo de aperfeiçoar o desempenho profissional. (OTT et al, 2011). Ainda, os resultados da pesquisa de Pires, Ott e Damascena (2009) evidenciaram que a demanda por profissionais que apresentam experiência profissional prévia e conhecimentos relacionados à Contabilidade Societária, Legislação Societária e Tributária é alta, sendo estes conhecimentos tidos como os de maior valorização na atualidade.

## **2 Ensino da Contabilidade Tributária e Fiscal**

Considerada uma das profissões mais antigas da história, a profissão de contador teve seu surgimento na pré-história (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005). Com o advento das transações comerciais, surgiu a necessidade de se controlar as mercadorias e contabilizar os resultados auferidos por estas negociações. Este profissional tinha a atribuição de controlar o patrimônio dos comerciantes e de efetuar a devida escrituração. Contudo, muito antes do auge do comércio, o governo visualizou nestas transações, através da cobrança de tributos, a fonte de recursos para manter o Estado. Assim, antes mesmo dos reinados serem destituídos, os reis viam na cobrança de tributos à forma de arrecadação para manter os gastos da província (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005).

Desta maneira, o contabilista ganhava mais uma atribuição. Ademais de controlar o fluxo de patrimônio dos comerciantes, contabilizar suas vendas, necessitava apurar os tributos que deveriam ser pagos ao governo. No entanto, este usuário da contabilidade – o Estado – passou e passa a ditar regras que muitas vezes se sobressaem à essência da contabilidade. (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005).

Muito tempo desde a regulamentação da profissão já se passou e, com isso o perfil do profissional contábil exigido pelo mercado do trabalho também sofreu influência da evolução dos tempos. O estudo de Pires e Ott (2008) relaciona a estrutura curricular das Instituições de Ensino Superior com as exigências do mercado de trabalho. Neste trabalho, os autores afirmam que é necessário alinhar os conhecimentos transmitidos em sala de aula com aqueles que serão exigidos do profissional contábil.

Com o curso de ciências contábeis sendo ofertado em muitas universidades públicas e privadas, o ensino da contabilidade tem alcançado grande parte das cidades do Brasil. Pires e Ott (2008) comentam que as instituições que têm por objetivo formar profissionais com alto potencial competitivo devem ter sua estrutura curricular alinhada com as necessidades exigidas pelo mercado de trabalho. Com a crescente evolução das organizações e das transações mercantis, cada vez mais o mercado de trabalho tem buscado o profissional da área contábil para atuar nos mais distintos setores das empresas. Com o avanço e aperfeiçoamento dos docentes da área contábil, o ensino no país tende a evoluir. Assim, os alunos desenvolvem habilidades que vão além da escrituração contábil dos fatos e elaboração dos demonstrativos contábeis.

Os profissionais de contabilidade, em sua formação, devem ser preparados para atender às exigências do mercado de trabalho nas diversas especialidades compreendidas pela profissão (VALERETTO, 2010).

## **2.1 Tributação Federal no Brasil**

De acordo com Fabretti (2001, p. 27) contabilidade tributária é “o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar na prática conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária, de forma simultânea e adequada”. O autor define como sendo objetivo da contabilidade tributária os atos de apurar, controlar e estruturar a contabilidade de forma que esta demonstre os resultados econômicos, contudo tem também o intuito de conciliar estes resultados econômicos com a apuração dos tributos exigidos por lei.

O sistema tributário brasileiro é regrado principalmente pela Constituição Federal de 1988 (CF) e pelo Código Tributário Nacional (CTN), conforme art. 2º. do próprio CTN. O Código Tributário Nacional foi instituído em 25 de outubro de 1966, através da Lei nº. 5.172 e serve de base para o regramento da legislação tributária do Brasil.

Ademais da utilização da CF/88 e do CTN existem muitas leis, normas, pareceres, instruções e convenções que dão suporte a Constituição e ao CTN no regramento tributário. O art. 96 do CTN complementa esta ideia de amplitude dos instrumentos regulamentadores das práticas tributárias ao expor que a “legislação tributária compreende as leis, os tratados e convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas pertinentes a eles.”

O CTN em seu art. 3º conceitua o tributo como sendo a contraprestação pecuniária cujo valor se possa expressar em moeda, cobrado de forma compulsória, que não constitua sanção em decorrência de ato ilícito, vinculada em lei e cuja cobrança seja mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Estes tributos são divididos em espécies, de acordo com “a vinculação ou não do valor arrecadado, a uma contraprestação de valor por parte do Estado e também da natureza da atividade vinculada ou destinação dos recursos” (REZENDE; PEREIRA; ALENCAR, 2011, p. 47). Assim, os tributos são divididos, conforme sua espécie em: impostos, taxas, contribuições sociais, contribuições de melhoria e empréstimos compulsórios (FABRETTI, 2001; MACHADO, 2008; REZENDE; PEREIRA; ALENCAR, 2011; SABAAG, 2011).

Os tributos são distribuídos para o regramento e fiscalização em três esferas: municipal, estadual e federal (REZENDE, PEREIRA E ALENCAR 2011). Dada à complexidade da estrutura tributária do país têm-se os entes tributantes, conforme o interesse

que dividem os poderes em relação aos tributos. Desta forma, é relevante que os alunos tenham o conhecimento mínimo da estrutura dos tributos, bem como qual a sua lógica de aplicabilidade, a fim de que no exercício de sua profissão não se deparem com informações desconhecidas e, também, potencialize o desenvolvimento das suas atividades.

Existem tributos que são de competência dos municípios, estados e União. Esta competência é definida pela Constituição Federal do Brasil e determina quais tributos podem ser instituídos e por quem devem ser instituídos.

O art. 153 da Constituição Federal de 1988 determina quais são os impostos que são de competência e podem ser instituídos pela União, sendo eles determinados pelos seguintes fatos geradores:

- I. importação de produtos estrangeiros;
- II. exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
- III. renda e proventos de qualquer natureza;
- IV. produtos industrializados;
- V. operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- VI. propriedade territorial rural; e
- VII. grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

O Quadro 1 descreve os fatos geradores e os respectivos impostos de competência da União:

| INCISO | FATO GERADOR   | IMPOSTO  |
|--------|--|--|
| I      | Importação de produtos estrangeiros  | Imposto de Importação                            |
| II     | Exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados                 | Imposto de exportação                            |
| III    | Renda e proventos de qualquer natureza   | Imposto de renda pessoa física e pessoa jurídica |
| IV     | Produtos industrializados  | Imposto sobre produtos industrializados          |
| V      | Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários | Imposto sobre Operações Financeiras              |
| VI     | Propriedade territorial rural  | Imposto sobre propriedade territorial            |
| VII    | Grandes fortunas, nos termos de lei complementar                                     | É criado por Lei Complementar                    |

Fonte: Elaborado com base na Constituição Federal e Código Tributário Nacional.

Quadro 1 - Impostos de Competência da União.

Ademais dos impostos apresentados no Quadro 1, todas as contribuições sociais ligadas à previdência social também são de competência da União. Assim, a contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são regulados e cobrados pela União.

Reforçando a autonomia político-administrativa e financeira, a Constituição brasileira define um sistema de transferências "incondicionais" entre a União, Estados e Municípios, que podem ser de dois tipos: diretas ou mediante a formação de fundos especiais (indiretas). Independentemente do tipo, as transferências sempre ocorrem do governo de maior nível para os de menores níveis, isto é, o sentido é da União para os Estados e da União para os Municípios ou dos Estados para seus respectivos Municípios (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, p.5, 2002).

Assim, sendo o Sistema Tributário Nacional tão complexo faz-se de grande importância que o profissional contábil detenha conhecimento sobre a forma de apuração, bases de cálculo e obrigações acessórias atreladas a cada tributo, a fim de contribuir para a perfeita operacionalização fiscal.

### 3 Procedimentos Metodológicos

A metodologia de pesquisa consiste no espaço reservado para apresentar os meios utilizados para se alcançar os resultados da pesquisa (FERREIRA, 2001). Embora, a palavra metodologia possa apresentar diversos significados etimológicos, ela sempre estará atrelada a métodos e procedimentos (BEUREN, 2009). Cada pesquisa é naturalmente diferente de qualquer outra (GIL, 2010). Desta forma, a escolha exata dos procedimentos e precisão na execução das técnicas de análise de dados, são fatores fundamentais para o bom desenvolvimento da pesquisa.

Os meios pelos quais se busca responder ao problema e os objetivos de pesquisa podem ser definidos como método. Longaray e Beuren (2009, p. 30) aduzem que “em seu sentido mais geral, o método é o ordenamento que se deve auferir aos diferentes processos necessários para alcançar determinado fim estabelecido ou um objetivo esperado.”

Assim, para o desenvolvimento desta pesquisa, o método utilizado foi o dedutivo, pois busca a partir de informações reais uma resposta para o problema de pesquisa.

A classificação da pesquisa é efetuada, tomando-se por base os objetivos traçados, os procedimentos utilizados e a abordagem do problema de pesquisa. A classificação da pesquisa ou delineamento é “intrínseco a pesquisa científica, norteando o pesquisador na busca de uma resposta para determinado problema” (RAUPP; BEUREN, 2009, p. 76). Buscando alcançar os objetivos traçados, a pesquisa foi classificada como descritiva.

A classificação da pesquisa quanto aos procedimentos refere-se ao direcionamento do estudo em relação ao tratamento que os dados irão receber. “Os procedimentos na pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto se obtêm os dados” (RAUPP; BEUREN, 2009, p. 83). Desta forma, neste estudo, quanto aos procedimentos utilizados, a pesquisa é classificada como documental, por utilizar os planos de ensino dos cursos de graduação em ciências contábeis das Instituições de Ensino Superior, disponibilizados em seus portais eletrônicos.

A pesquisa quanto à abordagem do problema classifica-se como qualitativa, procurando conceber análises mais profundas em relação ao fenômeno estudado (RAUPP; BEUREN, 2009). O fenômeno em questão está relacionado ao problema de pesquisa proposto.

Para se chegar a população de estudo desta pesquisa utilizou-se os preceitos de Barros e Lehfeld (1990) e Colauto e Beuren (2009). Identificou-se um total de 90 registros de instituições de ensino superior, que ofertam o curso de ciências contábeis, na modalidade presencial, no estado do Rio Grande do Sul. Destas 90, excluindo-se as instituições que estavam com o curso inativo, e, eliminando-se também as instituições que se repetiam, chegou-se a uma população constituída de 56 IES. A amostra é conceituada por Lakatos e Marconi (2004, p. 162) como sendo “uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”. Barros e Lehfeld (1990, p. 38) simplificam tal conceito determinando que “a amostra é a menor representação de um todo maior (o universo).”

Desta forma, a partir da população foram acessados os portais de todas as instituições, sendo selecionadas 13 IES que apresentaram as informações dos seus planos de ensino e matrizes curriculares disponíveis em seus portais, estando elas dispostas no Quadro 2.

| NOME DA INSTITUIÇÃO              | SIGLA    | ESTRUTURA |
|----------------------------------|----------|-----------|
| Faculdade Inedi                  | CESUCA   | Privada   |
| Universidade Católica de Pelotas | UCPEL    | Privada   |
| Universidade do Vale dos Sinos   | UNISINOS | Privada   |
| Faculdade Dom Bosco              | FDA      | Privada   |
| Universidade Luterana do Brasil  | ULBRA    | Privada   |

|  |          |         |
|--|----------|---------|
| Universidade do Rio Grande do Sul                              | UFRGS    | Pública |
| Universidade Federal do Rio Grande                             | FURG     | Pública |
| Centro Universitário Univates                                  | UNIVATES | Privada |
| Universidade Regional Integradas do Alto Uruguai e das Missões | URI      | Privada |
| Faculdade Santo Augusto  | FAISA    | Privada |
| Faculdade Porto Alegrense de Educação, Ciência e Letras        | FAPA     | Privada |
| Faculdade Integradas Machado de Assis                          | FEMA     | Privada |
| Centro Universitário Franciscano                               | UNIFRA   | Privada |

Fonte: Dados da pesquisa.

#### Quadro 2 - Amostra da Pesquisa.

Nesta pesquisa a técnica utilizada para a coleta das informações foi documental, conforme o recomendado por Lakatos e Marconi (2004). Foram analisadas as matrizes curriculares e as ementas das disciplinas das IES que disponibilizaram as mesmas em seus portais eletrônicos. A análise de conteúdo constitui-se em uma técnica utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (MORAES, 1999).

A partir da análise dos documentos disponibilizados pelas IES que compõem a amostra, foram verificadas quantas disciplinas são direcionadas para o ensino de contabilidade tributária, fiscal e suas assemelhadas, bem como quais temáticas estão sendo objeto de maior parte do tempo de estudo destas instituições. Para a análise destes temas, observou-se, individualmente, ementa, conteúdo programático e objetivo de cada matriz curricular. Para a identificação destas temáticas, buscou-se a frequência destas nas matrizes de cada IES.

Assim, por meio da análise dessas frequências, foram mapeados os temas contidos nos planos de ensino e, realizada a análise de conteúdo. Bardin (1977) configura a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

## 4 Resultados

Diante da relação das 13 instituições de ensino superior que foram objetos deste estudo, pode-se observar que duas são públicas e onze são privadas, estas últimas representam um percentual de 85% do total. Em todas as instituições objetos desta pesquisa, foram encontradas disciplinas relacionadas ao direito tributário, contabilidade fiscal, planejamento tributário e afins. No entanto, se observou, conforme tabela 1, a existência de variação de nomes das disciplinas e período de estudo, bem como a quantidade de disciplinas relacionadas variou de uma instituição de ensino para outra.

Tabela 1 - Frequência das disciplinas.

| Disciplina                                 | Frequência | %      |
|--|------------|--------|
| Análise e Planejamento Tributário I        | 1          | 2,70%  |
| Análise e Planejamento Tributário II       | 1          | 2,70%  |
| Auditoria Fiscal I                         | 1          | 2,70%  |
| Auditoria Fiscal II                        | 1          | 2,70%  |
| Contabilidade e Legislação Tributária:     | 1          | 2,70%  |
| Contabilidade e Planejamento Tributário I  | 4          | 10,81% |
| Contabilidade e Planejamento Tributário II | 2          | 5,41%  |

|  |           |             |
|--|-----------|-------------|
| Contabilidade Fiscal I                           | 3         | 8,11%       |
| Contabilidade Fiscal II                          | 2         | 5,41%       |
| Contabilidade Tributária I                       | 3         | 8,11%       |
| Contabilidade Tributária II                      | 1         | 2,70%       |
| Direito e Legislação Tributária                  | 1         | 2,70%       |
| Direito Tributário I                             | 5         | 13,51%      |
| Direito Tributário II                            | 3         | 8,11%       |
| Direito Tributário, Trabalhista e Previdenciário | 1         | 2,70%       |
| Gestão Tributária                                | 1         | 2,70%       |
| Legislação Tributária                            | 1         | 2,70%       |
| Legislação Tributária e Fiscal                   | 1         | 2,70%       |
| Noções de Direito Tributário                     | 1         | 2,70%       |
| Planejamento Estratégico e Tributário            | 1         | 2,70%       |
| Planejamento Tributário                          | 1         | 2,70%       |
| Tributação Municipal                             | 1         | 2,70%       |
| <b>TOTAL</b>                                     | <b>37</b> | <b>100%</b> |

Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme demonstrado na Tabela 1, a nomenclatura de disciplina que apresenta a maior frequência, com 5 aparições é a disciplina de Direito Tributário I. Em seguida, a disciplina de Contabilidade e Planejamento Tributário I, que aparece em 4 ocorrências. Com a frequência de 3 aparições, têm-se as disciplinas de Contabilidade Fiscal I, Contabilidade Tributária I e Direito Tributário II. Assim, este resultado se assemelha com o encontrado no estudo de Capacchi et al. (2007), que concluiu que são poucas as disciplinas exploradas nesta área.

Observando-se a ementa das 13 instituições de ensino componentes da amostra deste estudo, notou-se que todas apresentam alguma descrição relativa a ementa da disciplina. Analisando cada uma das ementas e, dividindo a análise por temáticas que as ementas contemplam ou não contemplam, foi possível verificar que nem todas as IES apresentam ementas semelhantes. Para análise das ementas, relacionaram-se temáticas sinônimas, que estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 - Frequência das temáticas nas Ementas.

| Assunto                                     | Frequência | %           |
|---|------------|-------------|
| Crédito Tributário/Lançamento Tributário    | 6          | 4,5         |
| Espécie e Competência Tributária            | 7          | 5,3         |
| Processo Tributário/Fiscal                  | 7          | 5,3         |
| Obrigação Tributária / Passivo Tributário   | 7          | 5,3         |
| Sistema Tributário Nacional                 | 8          | 6,0         |
| Formas de Apuração no resultado/ Tributação | 12         | 9,0         |
| Planejamento Tributário                     | 13         | 9,8         |
| Tributos Municipais                         | 15         | 11,3        |
| Tributos Estaduais                          | 19         | 14,3        |
| Tributos Federais                           | 39         | 29,2        |
| <b>TOTAL</b>                                | <b>133</b> | <b>100%</b> |

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando as frequências das temáticas contidas nas ementas, verificam-se que as temáticas são repetidas várias vezes apresentados pelas ementas. Interpretando a Tabela 2 em relação à tributação por competência, é possível observar que os tributos de competência federal, são os que recebem maior enfoque, com 29,2%. Os tributos estaduais apresentam um

nível de frequência de 14,3% e, os tributos de competência municipal são os menos citados, dentre as três esferas, com 11,3%. Tal resultado vai ao encontro com o que Nazário, Mendes e Aquino (2008) dispõem, ao afirmarem que um dos diferenciais do profissional contábil é o conhecimento sobre a estrutura tributária das empresas.

As temáticas relacionadas à prática tributária, como crédito tributário/lançamento tributário e obrigação tributária/passivo tributário, também foram relacionados nas ementas, tendo aparecido, em torno de 4,5 a 5,3%.

O tema planejamento tributário foi abordado em 9,8% das ementas totais. Segundo Valeretto (2010) este tema torna-se relevante diante da alta carga tributária, e da economia que um bom planejamento pode proporcionar.

Através da análise da pesquisa, identificou-se também que as IES demonstraram nas suas ementas, a preocupação que têm em expor ao graduando o conhecimento referente ao sistema tributário nacional, bem como as espécies e competência dos tributos, tendo sido estas relacionadas, respectivamente, com 6,0% e 5,3%. Ademais, identificou-se por meio da ementa a transmissão do conhecimento inerente aos processos judiciais tributários, resultantes de infrações tributárias, tendo o assunto sido mencionado 5,3%. Este resultado reflete no exposto por Machado e Nova (2008), de que o contador deve estender suas atividades além da simples escrituração dos livros contábeis.

O conteúdo programático foi outra informação objeto de análise desta pesquisa. No entanto, das 13 instituições de ensino, apenas 6 apresentam em suas ementas o conteúdo programático da disciplina. Isto remete a realidade de que apenas 46% da amostra apresenta esta informação em seus sites.

No entanto, para proceder à análise dos conteúdos programáticos das disciplinas de contabilidade fiscal e suas assemelhadas, relacionou-se algumas temáticas e observou-se as frequências que tais temas apresentaram nos conteúdos programáticos, conforme disposto na Tabela 3.

Tabela 3 - Frequência das temáticas nos conteúdos programáticos.

| Conteúdo                                   | Frequência | %             |
|--|------------|---------------|
| Processo tributário/Fiscal                 | 4          | 4,1%          |
| Sistema tributário Nacional                | 4          | 4,1%          |
| Espécie e Competência Tributária           | 6          | 6,1%          |
| Obrigação Tributária/Passivo Tributário    | 7          | 7,1%          |
| Planejamento Tributário                    | 7          | 7,1%          |
| Formas de Apuração do Resultado/Tributação | 9          | 9,2%          |
| Tributos Municipais                        | 10         | 10,2%         |
| Crédito Tributário/ Lançamento Tributário  | 11         | 11,2%         |
| Tributos Estaduais                         | 11         | 11,2%         |
| Tributos Federais                          | 29         | 29,6%         |
| <b>TOTAL</b>                               | <b>98</b>  | <b>100,0%</b> |

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com apresentado na Tabela 3 de frequência das temáticas nos conteúdos programáticos, observou-se que espécie e competência tributária, representam 6,1% do total. Os temas relacionados a processo tributário/fiscal e sistema tributário nacional foram os menos frequentes, tendo aparecido em 4,1% dos casos.

Temáticas relacionadas à obrigação tributária/passivo tributário e planejamento tributário foram frequentes em 7,1% dos conteúdos programáticos. Seguindo tais temáticas, tem-se, com nove aparições, representando 9,2% do total as Formas de apuração do

resultado/tributação. Os temas relacionados a Crédito Tributário/Lançamento Tributário apareceram 11 vezes, representando 11,2%.

O estudo dos tributos, nas três esferas, apresentou a maior representatividade de frequência dentre a totalidade das temáticas analisadas. Novamente, da mesma forma que com as ementas, os tributos federais apresentaram maior frequência que os tributos estaduais e municipais.

Acrescenta-se que durante a pesquisa, observou-se que a UCPEL foi a instituição que apresentou os conteúdos programáticos mais extensos. Ademais, constatou-se que todas as seis IES que apresentaram conteúdos programáticos, apresentam pelo menos uma disciplina relacionada com direito tributário ou legislação fiscal.

Em relação aos objetivos da disciplina analisada, das 13 instituições de ensino que compõem a amostra desta pesquisa, a UCPEL não apresentou objetivos para todas as disciplinas e outras sete (CESUCA, UNISINOS, Dom Bosco, FURG, URI, FAPA e FEMA) relatam quais os objetivos das disciplinas ofertadas. Este número é considerado baixo, pois representa pouco mais da metade, ou seja, em torno de 54%, tendo em vista que todas IES deveriam expor os objetivos da disciplina no plano de ensino.

A análise dos objetivos descritos em cada disciplina demonstrou que tendem a ser concisos e gerais, não disponibilizando maiores informações que permitam identificar objetivos mais específicos de cada disciplina.

Para análise individual dos objetivos das disciplinas por IES, buscou-se verificar três objetivos entendidos como relevantes, sendo eles: 1. Compreensão do sistema tributário; 2. Apresentação/operacionalização de situações práticas; 3. Capacitação para operacionalização com tributos. Diante da análise destes três objetivos, observou-se a frequência, conforme o disposto na Tabela 4.

Tabela 4 - Frequência dos objetivos.

| Conteúdo   | Frequência | %    |
|--|------------|------|
| Compreensão do Sistema Tributário                    | 7          | 44%  |
| Apresentação/Operacionalização de situações práticas | 4          | 25%  |
| Capacitação para operacionalização com tributos      | 5          | 31%  |
| TOTAL  | 16         | 100% |

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base no apresentado pela Tabela 4, observa-se que a compreensão do sistema tributário é prioridade dentre os objetivos dispostos nos planos de ensino das IES em estudo, visto que em todas, os planos que apresentaram objetivos, apontaram este. Analisando de forma quantitativa, é possível afirmar que este objetivo representa 44% do total dos objetivos. Adicionalmente, se analisarmos a importância do objetivo individualmente, observa-se que todas as IES o mencionam. No estudo desenvolvido por Ott et al.(2011), foi identificado que os brasileiros buscam entender mais de tributos que outros povos, justamente por terem uma complexa e alta carga tributária. Assim, talvez esse objetivo seja unânime, justamente pela necessidade da prévia compreensão do sistema tributário.

O segundo objetivo mais frequente nos planos de ensinados analisados nesta pesquisa foi à capacitação para operacionalização com tributos, tendo apresentado por cinco vezes. O referido objetivo, quando analisado em conjunto, representou 31% do total dos objetivos, contudo se analisado o objetivo em relação ao total de planos de ensinados analisados, observa-se a aparição na relação 71%.

Dos três objetivos dispostos, o menos frequente está relacionado com apresentação/operacionalização de situações práticas, tendo aparecido em 25% dos casos. Esta frequência transparece que nem todas as IES apresentam como objetivo da disciplina preparar o estudante para as situações práticas e cotidianas tributárias que o profissional de

contabilidade poderá enfrentar. Este resultado se assemelha ao que os graduandos destacam no estudo de Nazário, Mendes e Aquino (2008).

Para a análise da bibliografia disposta nas ementas disponíveis pelas IES, não se pode utilizar todas as instituições que formam a amostra deste estudo, pois três não apresentaram bibliografia básica e quatro não apresentaram bibliografia complementar. A seguir, a Tabela 5 apresenta a relação da frequência dos autores referenciados como bibliografia básica:

Tabela 5 - Frequência de autores da bibliografia básica.

| Autor                        | Frequência | %             |
|------------------------------|------------|---------------|
| FABRETTI, Laudio Camargo     | 6          | 10,2%         |
| OLIVEIRA, Luis Martins       | 5          | 8,5%          |
| BORGES, Humberto             | 4          | 6,8%          |
| HIGUCHI, Hiromi              | 3          | 5,1%          |
| BALEEIRO, Aliomar            | 3          | 5,1%          |
| HIGUCHI, Fábio               | 2          | 3,4%          |
| MACHADO, Hugo de Brito       | 2          | 3,4%          |
| COELHO, Sacha Calmon Navarro | 2          | 3,4%          |
| VALERIO, Walter Paldes       | 2          | 3,4%          |
| CARVALHO, Paulo de Barros    | 2          | 3,4%          |
| PINTO, João Roberto D.       | 2          | 3,4%          |
| NASCIMENTO, Amauri Mascaro   | 1          | 1,7%          |
| ZAINAGHI, Domingos Savio     | 1          | 1,7%          |
| MARTINS, Sergio Pinto        | 1          | 1,7%          |
| HARADA, Kiyoshi              | 1          | 1,7%          |
| KOHAMA, Heilio               | 1          | 1,7%          |
| LUNKES, Rogério João         | 1          | 1,7%          |
| HIGUCHI, Celso Hiroyuki      | 1          | 1,7%          |
| BASTOS, Celso Ribeiro        | 1          | 1,7%          |
| LATORRACA, Nilton            | 1          | 1,7%          |
| REIS, Luciano Gomes de       | 1          | 1,7%          |
| GALLO, Mauro Fernandes       | 1          | 1,7%          |
| PEREIRA, Carlos Alberto      | 1          | 1,7%          |
| FANUCCHI, Fábio              | 1          | 1,7%          |
| NOGUEIRA, Ruy Barbosa        | 1          | 1,7%          |
| NEVES, Silverio das          | 1          | 1,7%          |
| VICECONTI, Paulo E.          | 1          | 1,7%          |
| CHIGERATO, Renato Jr.        | 1          | 1,7%          |
| PINTO, Antônio Luis de       | 1          | 1,7%          |
| ROMEU, Alceu C.              | 1          | 1,7%          |
| PAULSEN, Leandro             | 1          | 1,7%          |
| SAABAG, Eduardo              | 1          | 1,7%          |
| OLIVEIRA, Gustavo Pedro      | 1          | 1,7%          |
| AMARO, Luciano               | 1          | 1,7%          |
| TORRES, Ricardo Lobo         | 1          | 1,7%          |
| CASSONE, Vittorio            | 1          | 1,7%          |
| ANCELES, Pedro Einsten       | 1          | 1,7%          |
| <b>TOTAL</b>                 | <b>59</b>  | <b>100,0%</b> |

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o apresentado na Tabela 5, observou-se a frequência de 37 autores referenciados na bibliografia básica. Também, observando-se a relação de autores, pode-se verificar que onze são utilizados por mais de uma instituição e 26 aparecem em pelo menos uma instituição. Observa que dos onze autores que são citados por mais de uma IES, o autor Laudio Camargo Fabretti foi o mais referenciado, tendo ele sido relacionado por 6 Instituições de Ensino distintas. Observando este número em relação ao total, pode-se afirmar que 10% das referências remeteram à Fabretti. Ainda, se for feita uma análise com relação à quantia de instituições, dividindo-se o número de IES que dispuseram a sua bibliografia pela quantia de IES que a apresentaram, pode-se afirmar que 60% das IES desta amostra utilizam os estudos de Fabretti como bibliografia básica sobre o tema em evidência.

Luis Martins Oliveira foi o segundo mais elencado pelas IES, sendo referenciado por cinco instituições de ensino. Seguindo Oliveira, tem-se Humberto Borges, utilizado por quatro IES e Hiromi Higuchi, e Aliomar Baleeiro, referência de três IES cada um. Ademais, outros seis autores (Fábio Higuchi, Hugo de Brito Machado, Sacha Calmon N. Coelho, Walter Paldes Valério, Paulo de Barros Carvalho e João Roberto Pinto) foram referenciados por duas instituições de Ensino.

A alta complexidade do sistema tributário brasileiro e o grande número de normas, pareceres e leis que são promulgados diariamente contribuem para a aversão que muitos profissionais têm em relação ao estudo da área tributária. Nazário, Mendes e Aquino (2008) apontaram que mais de 75% dos entrevistados têm muito interesse no assunto e acreditam que a formação nesta área é de grande importância para o seu desenvolvimento no mercado de trabalho. Os alunos acreditam ser importante o estudo da matéria tributária em virtude das minúcias da legislação brasileira. Quando questionados sobre o que os desmotivam em relação à área tributária, os que responderam ter motivos, os relacionaram com a deficiência que as Instituições de Ensino Superior tem em preparar o graduando para o mercado de trabalho.

Em contraponto a isto, a pesquisa de Ott et al. (2011) evidenciou que os brasileiros têm maiores conhecimentos na área tributária, que os norte-americanos e os chineses, que direcionam seus conhecimentos para a área financeira. Os autores justificam tal resultado em virtude da alta carga tributária brasileira e, pela predominância da contabilidade tributária em relação à financeira.

Diante do estudado, apresenta-se uma sugestão de plano de ensino, conforme se observa a seguir no Quadro 3, atualizado à legislação municipal, estadual e federal vigente, de forma a abranger uma adequada formação fiscal para o futuro egresso da graduação em ciências contábeis.

| <b>PLANO DE ENSINO SUGERIDO</b>  |
|--|
| <p><u>Ementa:</u><br/>           Proporcionar ao aluno conhecimentos sobre o Sistema Tributário Nacional, exemplificando as espécies tributárias e suas competências. Apresentação dos tributos federais, estaduais e municipais, bem como a forma de apuração. Conceituar: obrigação tributária, passivo tributário, crédito tributário e lançamento tributário. Trabalhar exemplos práticos de planejamento tributário. Exemplificar como funciona o processo tributário.</p>  |
| <p><u>Conteúdo Programático:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sistema tributário nacional;</li> <li>2. Espécie e competências tributárias;</li> <li>3. Tributos federais: impostos e contribuições de competência da União;</li> <li>4. Tributos estaduais: impostos e contribuições de competência do estado;</li> <li>5. Tributos municipais: impostos e contribuições de competência do município;</li> <li>6. Obrigação tributária;</li> <li>7. Passivo tributário;</li> <li>8. Crédito tributário;</li> <li>9. Lançamento tributário;</li> <li>10. Planejamento tributário; e</li> </ol> |

|   |
|---|
| 11. Processo Administrativo/Judicial Tributário.  |
| <u>Objetivos:</u><br>Compreensão do sistema tributário, identificação das suas particularidades e conceitos; Apresentação e operacionalização de situações práticas; Capacitação para operacionalização com tributos federais, estaduais e municipais.  |
| <u>Bibliografia:</u><br>Livros a partir de 2010. Conter na bibliografia os autores: Laudio Camargo Fabretti, Humberto Borges, Hiromi Higuchi, Aliomar Baleeiro e Hugo de Brito Machado. Apresentar na bibliografia atualização mediante assinatura de periódicos fiscais, como IOB, Cenofisco, Lefisc, dentre outros. |
| <u>Carga horária:</u><br>Quatro horas aulas semanais. No mínimo três semestres para o desenvolvimento de todo este plano de ensino.   |

Fonte: Dados da pesquisa.

#### Quadro 3 - Plano de ensino sugerido.

Assim, a partir da análise destes dados, fica a sugestão da presença destes conteúdos nos planos de ensino das instituições.

### 5 Considerações Finais

A complexa estrutura tributária brasileira tem representado um desafio no desenvolvimento das empresas modernas. Desta forma, saber estruturar e gerir os tributos tem se tornado objetivo importante dentro das organizações. Assim, sendo o profissional contábil responsável por grande parte das informações que subsidiam a cobrança destes tributos, nada mais correto que este profissional promova um estudo tributário para esta instituição. Contudo para isto é necessário: conhecimento e constante atualização.

Desta maneira, este estudo objetivou identificar, a partir das informações que são publicadas pelas instituições de ensino, o que estas estão proporcionando a seus acadêmicos, quais temáticas dispostas nos seus planos de ensino e quais as bibliografias que estão trabalhadas com os alunos, a fim de identificar os conteúdos que estão sendo transmitidos por estas IES e qual seria o modelo de plano de ensino mais adequado a ser desenvolvido. Com base no estudo de Nazário, Mendes e Aquino (2008), destaca-se que os estudantes estão insatisfeitos com a estrutura curricular desenvolvida, sendo esta atribuída a escassez de matérias vinculadas à tributação, bem como a falta de matéria fiscal específica disposta nos currículos.

De acordo com os resultados desta pesquisa, constatou-se que atualmente os cursos de ciências contábeis apresentam uma carga horária de oito semestres. Dentro desta estrutura de oito semestres, identificou-se que a média de disciplinas lecionadas nas IES em análise relacionadas à contabilidade tributária e suas assemelhadas é de aproximadamente 3. Ademais, estas disciplinas, em sua maioria, se concentram entre o quarto e o sexto semestre. Ainda, com relação à estas, se identificou que as relacionadas à contextualização do direito tributário e legislação fiscal são a maioria, dentre as lecionadas, seguidas por as relacionadas à contabilidade tributária e fiscal.

No decorrer da pesquisa, observou-se que nas ementas apresentadas pelas 13 IES, as temáticas mais frequentes estão relacionadas aos tributos nas três esferas, tendo aparecido mais vezes os tributos de competência federal. Da mesma forma, quando analisados os conteúdos programáticos, observou-se que as temáticas mais frequentes, novamente foram os tributos, sendo os federais mais relacionados. Quando analisados os objetivos descritos pelas disciplinas, observou-se que todas as IES apresentam como objetivo a compreensão por parte do acadêmico dos temas relacionados ao Sistema Tributário Nacional, seguido pelo objetivo de capacitar o aluno a operacionalizar com os tributos, o que demonstra a preocupação das IES em preparar os alunos para trabalhar com a apuração dos tributos.

As bibliografias básica e complementar também foram analisadas, sendo observados os autores e as datas de publicação de suas obras. Observou-se que autores como Laudio Camargo Fabretti, Humberto Borges e Higuchi foram os mais citados tanto como bibliografia

básica como bibliografia complementar, sugerindo que sejam conhecedores do assunto. Outro ponto a ressaltar foi a diversidade de autores utilizados pelas IES, sendo 37 para bibliografia básica e 45 para bibliografia complementar.

Para exemplificar todos os tópicos contidos nos planos de ensinos analisados, estruturou-se uma sugestão de um plano de ensino a ser desenvolvido pelas IES. Neste plano, busca-se elencar todos os tópicos importantes para o bom desempenho do profissional contábil em relação aos atributos tributários.

Este trabalho teve como limitador a falta de padronização contida nas matrizes curriculares, uma vez que cada instituição divulga a informação que acredita ser necessária. Desta forma a análise conjunta dos conteúdos programáticos, objetivos e bibliografia com as ementas ficaram limitadas, uma vez que nem todas as matrizes curriculares apresentavam todos estes itens.

A partir do desenvolvimento deste trabalho, surge como projeto para pesquisas futuras, a possibilidade de expansão da amostra para os três estados da Região Sul, com o intuito de identificar os resultados em cada um dos estados. Ainda, seria interessante, identificar o que estas IES desenvolvem para se manterem atualizadas e definir a quão atualizada cada IES se apresenta. Também, a partir deste estudo, sugere-se que os planos de ensino sejam mais completos e padronizados, a fim de auxiliar novas pesquisas na área.

## Referências

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1977.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa**: propostas metodológicas. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

BEUREN, Ilse Maria. Trajetória da construção de um trabalho monográfico em contabilidade. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 2, p. 46-75.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. **Portal oficial da Presidência da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del9295.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm)>. Acesso em 13 out. 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. **Portal oficial da Presidência da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso: 1 jul. 2012.

BRASIL. Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Portal oficial da Presidência da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm)>. Acesso em: 09 out. 2012.

CAPACCHI, Maristela. et al. A prática do ensino contábil no estado do Rio Grande do Sul: Uma análise de grade curricular frente às exigências legais e necessidades acadêmicas. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 1., 2007, Gramado. **Anais...** São Paulo: ANPCONT, 2007. CD-ROM.

COLAUTO, Romualdo Douglas; BEUREN, Ilse Maria. Coleta, análise e interpretação de dados. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 5, p. 117-143.

E-MEC, Portal. Base de Dados. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 17 nov. 12.

FABRETTI, Lúaudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Miniaurélio Século XXI: O mini dicionário da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade: Aspectos Relevantes da epopeia de sua evolução. **Revista Contabilidade Financeira USP**, São Paulo, 2005, v. 16, n° 38, p. 7-19, mai./ago. 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LONGARAY, André Andrade. BEUREN, Ilse Maria. Caracterização da pesquisa em contabilidade. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 1, p. 21-45.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 29. ed. Fortaleza: Malheiros, 2008.

MACHADO, Vinícius Sucupira de Alencar; NOVA, Silvia Pereira de Castro Casa. Análise comparativa entre os conhecimentos desenvolvidos no curso de graduação em contabilidade e o perfil do contador exigido pelo mercado de trabalho: uma pesquisa de campo sobre educação contábil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – REPEC**, Brasília, 2008, v. 2, n° 1, p. 1-23, jan./abr. 2008.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, 1999, v. 22, n° 37, p. 7-32, 1999.

NAZARIO, Neander da Silva; MENDES, Paulo César de Melo; AQUINO, Ducinéli Régis Botelho de. Percepção dos discentes quanto à importância do conhecimento em contabilidade tributária em instituições de ensino superior do Distrito Federal: um estudo empírico. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, 2008, v. 4, n° 3, p. 64-81, jul./set. 2008.

OLIVEIRA, Cosmo Rogério et al. Aproximações entre o perfil do contador desejado pelo mercado e as matrizes curriculares de curso de graduação. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Campo Largo, 2011, v. 10, n° 1, jul. 2011. Disponível em: <<http://revistas.facecla.com.br/index.php/reped/article/view/869>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

OTT, Ernani et al. Relevância dos conhecimentos, habilidades e métodos instrucionais na perspectiva de estudantes e profissionais da área contábil: estudo comparativo internacional. **Revista Contabilidade Financeira – USP**, São Paulo, 2011, v. 22, n° 57, p. 338-357, set./out./nov./dez., 2011.

PELEIAS, Ivan Ricardo et al. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: Uma análise histórica. **Revista Contabilidade Financeira – USP**, São Paulo, 2007, Edição 30 anos de Doutorado, p. 19-32, jun. 2007.

PIRES, Charline Barbosa; OTT, Ernani; DAMASCENA, Claudio. “Guarda-Livros” ou “Parceiros de Negócios”? Uma análise do perfil profissional requerido pelo Mercado de Trabalho para contadores na região metropolitana de Porto Alegre (RMPA). **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, 2009, v. 20, n° 3, p. 157-187, jul./set., 2009.

PIRES, Charline Barbosa; OTT, Ernani. Estrutura Curricular do curso de Ciências Contábeis no Brasil *versus* Estruturas curriculares propostas por organismos internacionais. In:

CONGRESSO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 8., São Paulo. **Anais...** São Paulo: FIECAFI, 2008. CD-ROM

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 3, p. 76-96.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Sistema e administração tributária:** uma visão geral. 2002. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudotributarios/estatisticas/20SistemaAdministracaoTributaria.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

REZENDE, Amaury José; PEREIRA, Carlos Alberto; ALENCAR, Roberta Carvalho. **Contabilidade Tributária:** entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas. São Paulo: Atlas, 2011.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

VALERETTO, Gerson João. **A temática tributária na formação dos bacharéis em Ciências Contábeis:** um estudo comparativo entre os Conteúdos das universidades federais brasileiras com a proposta nacional do conselho federal de Contabilidade–CFC/Fundação Brasileira de Contabilidade–FBC e proposta do UNCTAD/ISAR. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Área de Concentração Contabilidade e Finanças, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.